

GOMES, Laurentino. *1808: como uma rainha louca, um príncipe medroso e uma corte corrupta enganaram Napoleão e mudaram a História de Portugal e do Brasil*. São Paulo: Planeta, 2007. 414 p.



Em razão das comemorações dos 200 anos da chegada da família real portuguesa ao Brasil, Laurentino Gomes, paranaense nascido em 1956 e jornalista com longa trajetória em veículos de comunicação como o jornal *O Estado de S. Paulo* e a revista *Veja*, traz a público o seu *1808: como uma rainha louca, um príncipe medroso e uma corte corrupta enganaram Napoleão e mudaram a História de Portugal e do Brasil*. O livro, como o próprio subtítulo prenuncia, apresenta ao leitor traços bastante caricaturais das figuras mais relevantes desse episódio histórico, no entanto, além de atrair o leitor com a apresentação de personagens cômicas, não deixa de destacar as atitudes políticas que estavam por trás dos retratos construídos. O autor explica que, com o livro, resultado de 10 anos de pesquisas jornalísticas, movidas pela paixão que o tema e os personagens lhe despertaram, procura “tornar esse pedaço da história brasileira mais acessível para leitores que se interessam por acontecimentos do passado, mas não estão habituados nem dispostos a decifrar a rebuscada linguagem acadêmica que permeia toda a bibliografia sobre 1808 e seus desdobramentos” (p. 20-21), e, sobretudo, afirma que pretende “resgatar a história da corte portuguesa no Brasil do relativo esquecimento a que foi confinada e tentar devolver seus protagonistas à dimensão mais correta possível dos papéis que desempenharam duzentos anos atrás” (p. 20).

A narrativa, conforme intenta o autor, proporciona uma leitura fluida, agradável, já que está construída com uma linguagem simples e num tom de proximidade com o leitor. Em sua escrita, Laurentino Gomes consegue equilibrar uma grande quantidade de informações e as diversas perspectivas sobre o acontecimento histórico com uma série de pequenos episódios capazes de surpreender e divertir o leitor. Além disso, o texto traz uma série de materiais, como fragmentos de cartas, anotações, reproduções de paisagens e de personagens históricos, mapas, versos populares, entre outros, que tornam a narrativa muito mais atrativa e esclarecedora.

O livro, dividido em 29 capítulos, introduzidos por títulos que, em geral, antecipam claramente o conteúdo ali discutido, foi construído de forma a reconstituir cronologicamente os acontecimentos relacionados à permanência da família real no Brasil. Como elemento facilitador da leitura, *1808* ainda traz, antes da seção de “Introdução”, uma “Linha do tempo”, com os principais momentos históricos do período que vai “da Revolução Francesa à Independência do Brasil”, seguido por um texto preambular intitulado “O editor, a professora e o bibliófilo”, onde o autor explica as origens do livro e também o dedica a Tales Alvarenga, Maria Odila Leite da Silva Dias e José Mindlin. Na “Introdução”, além de referir situações que denunciam a falta de cuidado com o patrimônio histórico na cidade do Rio de Janeiro, o autor apresenta os já referidos objetivos do livro e define sua perspectiva acerca do evento, através da exposição dos diversos termos utilizados pelos historiadores para se referir ao episódio histórico, justificando, por fim, sua opção pelo termo “fuga”. É também na introdução que Laurentino Gomes expõe suas fontes de pesquisa – que consistem em materiais impressos e em *sites* da Internet – e faz referência a diversos teóricos que lhe serviram de apoio. Dentre eles, destacam-se Manuel de Oliveira Lima, com seu *D. João VI no Brasil*; J. M. Pereira da Silva, com *História da fundação do império brasileiro*; Jurandir Malerba e *A corte no exílio*; Lilia Moritz Schwarcz, *A longa viagem da biblioteca dos reis*; e Kenneth H. Light, *The migration of the royal family of Portugal to Brazil in 1807/08*. Além disso, o autor destaca como obras mais recentes de leitura acessível *Empire adrift*, de Patrick Wilcken, e *Tropical Versailles*, de Kirsten Schultz. A publicação conta também com extensas seções de notas e de bibliografia – resultados de sua pesquisa “em mais de 150 livros e fontes impressas e eletrônicas sobre o assunto” (p. 14) –, um índice onomástico e uma seção final de agradecimentos.

O capítulo inicial de *1808* traz a apresentação do contexto político que desencadeou a fuga da família

real para o Brasil. O autor, após destacar a gravidade de tal decisão e a enorme repercussão que teve tanto para os portugueses como para os brasileiros, apresenta as principais circunstâncias que deixavam Portugal encurralado entre as duas maiores potências econômicas e militares da época: França, que exigia o bloqueio continental aos produtos britânicos, e Inglaterra, sua velha aliada. É ainda neste capítulo que o autor faz referência à possibilidade de D. João decidir permanecer em seu país e aliar-se aos ingleses para a luta contra o poderoso e temível exército de Napoleão, já que, “como os fatos mostrariam mais tarde”, “as chances de sucesso nesse caso eram grandes” (p. 35). No entanto, frisa o autor, “em 1807, essa opção não estava ao alcance do inseguro e medroso príncipe regente. Incapaz de resistir e enfrentar um inimigo que julgava muito mais poderoso, decidiu fugir” (p. 35). Em capítulo posterior, porém, Laurentino Gomes dá mostras ao leitor de que a fuga não se deu de forma tão irrefletida, pois, além de afirmar que “os planos de mudança para o Brasil eram uma idéia quase tão antiga quanto o próprio império português” (p. 45) – informando que os primeiros registros de proposta para essa mudança datam do período da União Ibérica (1580-1640) –, declara que a fuga para um país “onde haveria mais riquezas naturais, mão-de-obra e, em especial, maiores chances de defesa contra os invasores do reino, [era], portanto, uma opção natural e bem avaliada” (p. 45-46).

A seguir, o autor destaca a precária situação econômica em que se encontrava Portugal no período em que se deu a fuga da família real e passa a descrever, em detalhes e sob a perspectiva de diferentes historiadores, o contexto da partida, em que embarcaram entre 10 e 15 mil pessoas para uma viagem que foi “decidida às pressas e executada de forma improvisada”, já que, “até uma semana antes da partida, ainda havia na corte de D. João alguma esperança de composição com Napoleão Bonaparte capaz de evitar a invasão de Portugal” (p. 69). Para o autor, esse contexto explicaria o esquecimento de centenas de bagagens no cais do porto de Lisboa, compostas principalmente de livros da Biblioteca Real e de prataria das igrejas.

Quanto à viagem, são destacadas pelo autor as principais dificuldades enfrentadas, como o calor, a falta de ventilação e de banheiros, a escassez de água potável, a reduzida variedade de gêneros alimentícios e as ameaças de escorbuto, disenteria e tifo. Mas, além de informações dessa natureza, todo o percurso é apresentado em detalhes, destacando-se fatores climáticos, datas e rotas. Ao tratar da escala feita em Salvador, Laurentino Gomes apresenta duas explicações para o evento: a primeira versão, mais difundida, de que uma tempestade havia impellido o navio a atracar em Salvador, e a outra, agora mais aceita, de que foi uma decisão premeditada e estratégica, com o intuito de conquistar o apoio financeiro e político de um importante

centro da colônia. O autor, colocando-se ao lado dessa segunda explicação, emite então seu julgamento:

Restam poucas dúvidas de que D. João foi medroso e indeciso em Portugal, preferindo fugir a enfrentar as tropas francesas que invadiam Portugal, embora essa lhe parecesse a decisão mais sensata diante da força de Napoleão. Ao chegar ao Brasil, no entanto, suas providências ganham um caráter mais resoluto e perspicaz. Uma escala na Bahia seria uma hábil manobra política, que muito viria a calhar num momento em que a enfraquecida e depauperada corte portuguesa precisava de todo o apoio. E foi exatamente isso que aconteceu. (p. 108).

A chegada ao Rio de Janeiro é ilustrada com textos redigidos pelo Padre Perereca, um “cronista por vocação”. Segundo Laurentino Gomes, seus escritos “flagram o encontro de dois mundos, até então estranhos e distantes. De um lado, uma monarquia européia [...]. De outro, uma cidade colonial e quase africana, com dois terços da população formada por negros, mestiços e mulatos, repleta de homens de grossa aventura [...]” (p. 141). Assim, o Rio de Janeiro é descrito não só a partir de suas belezas naturais e de sua posição estratégica, que são destacadas, mas também a partir de problemas como sujeira, umidade, falta de estrutura e de bons modos dos moradores. O Brasil, para além da paisagem e dos costumes pitorescos, é apresentado a partir de aspectos como o isolamento de suas regiões, o subdesenvolvimento e a força do regime escravista.

Laurentino relata diversos aspectos relacionados à chegada da corte, tanto o deslumbramento e o respeito do povo pelo soberano quanto as dificuldades iniciais em acomodar no Brasil a família real e uma enorme quantidade de portugueses, resultando em grandes despesas e no desalojamento de pessoas e de instituições. Nesse contexto é que surgem as listas de subscrição voluntária, em que ricos e poderosos da colônia assinavam e faziam doações na certeza de obterem vantagens, e se inicia a “pródiga distribuição de honrarias e títulos de nobreza” por D. João, que “precisava do apoio financeiro e político dessa elite rica em dinheiro porém destituída de prestígio e refinamento” (p. 197).

As mudanças promovidas por D. João VI no Brasil são outro aspecto apresentado com grande destaque por Laurentino Gomes. Entre suas decisões administrativas, destacam-se a de melhorar a comunicação entre as províncias e a de estimular o povoamento e o aproveitamento das riquezas da colônia, além de ter autorizado a abertura dos portos e de ter concedido a liberdade de comércio e indústria manufatureira no Brasil. A introdução do ensino leigo e superior, a criação de espaços culturais, como a Biblioteca Nacional e o Museu Nacional, a publicação do primeiro jornal (ainda que em defesa do

governo), a contratação da Missão Artística Francesa e a entrada de inúmeros viajantes que percorreram e relataram diversos aspectos sobre o país completam o quadro de desenvolvimento promovido por D. João VI em sua passagem pelo Brasil.

No entanto, o autor não deixa de destacar que o legado de D. João ainda é motivo de controvérsia: enquanto alguns “atribuem ao seu caráter tímido e medroso a derrocada final da monarquia e do próprio império colonial português”, outros “o consideram um estrategista político que, sem recorrer às armas, enfrentou com sucesso os exércitos de Napoleão e conseguiu não só preservar os interesses de Portugal como deixar um Brasil maior e melhor do que havia encontrado ao chegar ao Rio de Janeiro, em 1808” (p. 326). Laurentino retoma Oliveira Lima quando diz que “[D. João VI] foi o verdadeiro fundador da nacionalidade, por duas razões principais: assegurou a integridade territorial e deu início à classe dirigente que se responsabilizaria pela construção do novo país” (p. 327). Além disso, partindo das considerações de historiadores que mostram como teria sido o processo histórico brasileiro sem a vinda da corte, diz que o mais provável é que a Independência e a República teriam vindo mais cedo, mas a antiga colônia portuguesa se fragmentaria em pequenos países autônomos. Assim, o país perderia em muito seu poder e influência sobre a América Latina, não teria existido o projeto centralizador da construção de Brasília, haveria maior rivalidade e maiores diferenças regionais, além de grande dificuldade para o comércio e o deslocamento entre as regiões. Para o autor, “graças a D. João VI, o Brasil se manteve como um país de dimensões continentais, que hoje é o maior herdeiro da língua e da cultura portuguesas” (p. 331).

Porém, apesar de expressar todos os méritos da passagem da corte portuguesa pelo Brasil, Laurentino Gomes salienta que as heranças do sistema colonial não seriam superadas com a independência, que “resultou menos do desejo de separação dos brasileiros do que das divergências entre os próprios portugueses” (p. 331). A rebelião formada no Porto, e logo chegando a Lisboa, em 1820, que exigia o retorno do rei, acabou despertando a consciência dos brasileiros, mas “isso de modo algum significava que o país estivesse pronto”. Segundo o autor, “o novo Brasil deixado por D. João ao seu filho D. Pedro I continuava anestesiado por três séculos de

exploração colonial que haviam inibido a livre iniciativa e o espírito empreendedor”, continuava “pobre, analfabeto e dependente de mão-de-obra escrava”, ou seja, com “enormes desafios” que, “duzentos anos depois, ainda estão longe de ser superados” (p. 332).

Na finalização do livro, o autor apresenta um caso representativo das transformações ocorridas não apenas na estrutura do novo país, mas principalmente nas relações que se estabeleceram entre os povos destas duas nações. Laurentino retoma os registros da “aclimatação” do arquivista real Luiz Joaquim dos Santos Marrocos, mostrando como a avaliação deste português em relação ao Brasil se modificou, do mesmo modo como também se modificaram os seus costumes e os do próprio país. O personagem histórico, em processo de adaptação à nova terra, acaba funcionando como uma espécie de emblema do Brasil que havia se formado, “com suas raízes profundamente fincadas em Portugal – mas diferente” (p. 345). O livro ainda traz um último capítulo, espécie de apêndice, em que Laurentino Gomes apresenta ao leitor uma nova descoberta realizada durante as pesquisas: a existência de uma filha do arquivista Marrocos e de sua esposa, nascida antes do casamento, e que, ao que parece, foi deixada aos cuidados da irmandade religiosa do Santíssimo Sacramento da Sé.

Descontados pequenos deslizes, como a repetição desnecessária de algumas informações e anedotas, e algum excesso na composição bem-humorada das personagens, que, em certos casos, provocou um enfraquecimento em sua própria argumentação, como em discussões acerca do interesse de D. João VI pela cultura e do papel da Missão Artística Francesa, o livro revela-se como uma leitura agradável e bem fundamentada. Com seu *1808*, o autor, além de recuperar os principais fatos e personagens relacionados ao episódio da vinda da família real portuguesa para o Brasil, consegue aproximar o evento histórico de vários fatores que atravessam a formação sócio-cultural brasileira, como corrupção, desigualdade social, preconceitos raciais, etc, e também discutir alguns resultados da manutenção de um país unificado, de imensas proporções, que ainda mantém profundas relações com Portugal.

JULIANA SANTOS
Doutoranda em Letras/CAPES
Universidade Federal do Rio Grande do Sul